



PREFEITURA DE  
**GUAMARÉ**

CONTADORIA  
**GERAL DO  
MUNICÍPIO**

OFÍCIO Nº 001/2022 – CONT/GP/PMG

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor

Paulo Roberto Chaves Alves

Conselheiro Presidente, da Primeira Câmara de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN

Natal – RN

Senhor Presidente,

Em atendimento a Legislação vigente, encaminhamos, para apreciação desta Egrégia Corte de Contas, em meio eletrônico, as peças e documentos que compõem a nossa prestação de contas referente ao exercício 2021 dessa Prefeitura Municipal conforme relação em anexo.

Esclareço na oportunidade que, na qualidade de prefeito municipal assumo total responsabilidade pelo inteiro teor das informações ora apresentadas.

Sem mais para o momento reitero votos de elevada consideração e apreço.

Gabinete do Prefeito de Guamaré/RN, 28 de abril de 2022.

Artur Henrique da Fonseca Teixeira

Prefeito Municipal



## SUMARIO GERAL

- 1 Ofício de Encaminhamento: Ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, devidamente qualificada, contendo sumário da documentação acostada, declarando que apresenta, perante o Tribunal de Contas, em mídia eletrônica, as peças e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pelo inteiro teor dessas informações. PDF;
- 2 Balanço Orçamentário Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com Orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 3 Demonstração da Receita e Despesa: Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 01 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 4 Despesa Segundo a Categoria Econômica: Despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 02 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 5 Programa de Trabalho: Programa de trabalho (Anexo 06 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 6 Programa de Trabalho de Governo: Programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades (Anexo 07 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 7 Demonstrativo da despesa por funções: Demonstrativo da despesa por funções, programas e subprogramas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 08 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 8 Demonstrativo da despesa por órgãos e funções: Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo 09 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 9 Comparativo da receita orçada com a arrecadada: Comparativo da receita orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 10 Comparativo da despesa autorizada com a realizada: Comparativo da despesa autorizada com a realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 11 Balanço Financeiro: Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



PDF;

- 12 Balanço Patrimonial: Balanço Patrimonial (Anexo 14, previstas na Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público..PDF;
- 13 Demonstração da dívida fundada interna: Demonstração da dívida fundada interna por contrato (Anexo 16 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 14 Demonstração da dívida fundada externa: Demonstração da dívida fundada externa por contrato. PDF;
- 15 Demonstração da dívida fluante: Demonstração da dívida fluante (Anexo 17 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 16 Demonstração das Variações Patrimoniais: Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº. 4.320/64), de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. PDF;
- 17 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público). PDF;
- 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo 19 de acordo com orientações da última edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público). PDF;
- 19 Notas Explicativas: Notas Explicativas.PDF;
- 20 Balancete Consolidado: Balancete Consolidado da Receita e da Despesa do mês de Dezembro. PDF;
- 21 Relatório circunstanciado: Relatório circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do exercício anterior, indicando, no mínimo: as realizações relativas à educação, saúde e assistência social; os investimentos em obras públicas, destacando as paralisadas ou inacabadas, infraestrutura e atendimento às comunidades rurais e a política de remuneração; capacitação dos servidores municipais, com especificações do alcance das metas previstas nos instrumentos de planejamento os valores repassados ao legislativo; e o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município conforme o caso, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial PDF;
- 23 Demonstrativo dos restos a pagar: Demonstrativo dos restos a pagar inscritos e discriminando os processados e não processados, os pagos e os cancelados no exercício, bem como os inscritos em exercícios anteriores e processados no exercício, aplicando-se em todos os casos a identificação da classificação despesa funcional programática, fontes dos recursos, devendo ser utilizado o modelo constante do Quadro nº 01 do Anexo III desta Resolução. PDF;
- 24 Relação consolidada dos empenhos: Relação consolidada dos empenhos inscritos em



Restos a Pagar Processados e Não Processados, pagos e cancelados, por unidade orçamentária, contendo: fonte dos recursos, número do empenho, nome do credor, classificação funcional programática, valor e data da realização do empenho e da liquidação, conforme Quadro nº 2 do Anexo III desta Resolução. PDF;

25 Originals dos extratos bancários: Originals dos extratos bancários do mês de dezembro, com saldo, referentes às contas mantidas em instituições financeiras pela Administração Municipal, inclusive os daquelas sem movimentação no período, acompanhados, quando for o caso, das correspondentes conciliações de saldos, cujos saldos deverão ser transcritos para o Quadro nº 3 do Anexo III desta Resolução. PDF;

26 Demonstração da origem e aplicação: Demonstração da origem e aplicação de recursos não consignados no orçamento, de forma detalhada por grupos, modelo do Quadro nº 04 do Anexo III desta Resolução. PDF.

28 Certidão da Câmara de Vereadores: Certidões da Câmara de Vereadores enumerando leis complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções aprovados no exercício, de modo a indicar número, objeto, datam de sanção, de promulgação e de publicação. PDF

29 Quadro de Detalhamento da Despesa: Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD. P;DF

30 Cópias de leis e decretos relativos a créditos adicionais: Cópias de leis e decretos relativos a aberturas de créditos adicionais, acompanhado do Quadro nº 05 do Anexo III desta Resolução e reajuste salarial. PDF;

32 Parecer do Conselho do Fundo: Parecer do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB. PDF;

33 Relação, por ordem cronológica de apresentação de precatórios: Relação, por ordem cronológica de apresentação, de precatórios judiciais com os respectivos beneficiários, citando os que foram e os que não foram pagos, até o final do exercício. PDF;

36 Declaração da dívida ativa inscrita: Declaração da dívida ativa inscrita, cobrada e prescrita no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária. PDF;

37 Comprovantes da conta: Comprovantes da conta "valores" em 31 de dezembro, emitidos pelas respectivas empresas das quais o município detenha ações. PDF;

38 Boletim de caixa e bancos: Boletim de caixa e bancos referente ao último dia útil do exercício. PDF;

39 Relatório geral e circunstanciado: Relatório geral e circunstanciado do órgão central de controle interno sobre a execução dos orçamentos previstos no § 4º do art. 106 da Constituição Estadual. PDF

40 Demonstrativo de recolhimento Regime Próprio: Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), correspondente ao Quadro nº 08 do Anexo III desta Resolução, com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e



PREFEITURA DE  
**GUAMARÉ**

CONTADORIA  
**GERAL DO  
MUNICÍPIO**

entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo. PDF;

41 Demonstrativo de recolhimento Regime Geral: Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), correspondente ao Quadro nº 09 do Anexo III desta Resolução, com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo. PDF;

49 Parecer do Conselho Municipal de Saúde. Parecer do Conselho Municipal de Saúde quanto à fiscalização da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, abrangendo todo o exercício (§ 3º, artigo 77 do ADCT c/c § 3º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12). PDF.